



## AUTUAÇÃO

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro (28-10-2024), nesta Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, autuo o **Projeto de Lei nº 28/2024, que Revoga a Legislação Municipal com a finalidade de adequar requisitos para o provimento de cargos efetivos, na forma que especifica.**

Secretário Geral da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre de Goiás, segunda-feira, 28 de outubro de 2024.

Secretário Geral da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS -  
Campo Alegre de Goiás - GO  
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12024/10/28000034

Número / Ano	000034/2024
Data / Horário	28/10/2024 - 08:59:31
Ementa	Revoga legislação municipal com a finalidade de adequar requisitos para o provimento de cargos efetivos, na forma que especifica.
Autor	José Antônio Neto Siqueira - Prefeito
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Projeto de Lei Ordinária
Número Páginas	2
Emitido por	admin



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

028  
PROJETO DE LEI N. 022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024.

Revoga legislação municipal com a finalidade de adequar requisitos para o provimento de cargos efetivos, na forma que especifica.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS,** Estado de Goiás, no uso de suas atribuições, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU**, e eu **SANCIONO** a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam revogadas as leis municipais n. 1.407, de 19 de junho de 2024, e 1.410, de 29 de agosto de 2024.

**Art. 2º** Os requisitos para o provimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias são exclusivamente os indicados na Lei Municipal n. 1.373, de 09 de agosto de 2023.

**Art. 3º** O vencimento básico dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias será de 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União, conforme disposto na Emenda Constitucional n. 120/2022.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e retroage os efeitos a 19 de junho de 2024.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS,** Estado de Goiás, aos 25 dias do mês de Outubro de 2024.

  
**JOSÉ ANTONIO NETO SIQUEIRA**  
Prefeito de Campo Alegre de Goiás/GO



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

**PROJETO DE LEI N. 022, DE 25 DE OUTUBRO DE 2024.**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhores vereadores e vereadora.

Ao cumprimentá-los, encaminho o projeto de lei mencionado, que tem a finalidade de adequar os requisitos para provimento dos cargos de ACE e ACS,

Isso porque a exigência de carteira de motorista em momento posterior às inscrições pode ocasionar interpretação restritiva quanto a participação dos interessados, bem como eventual inobservância ao princípio da isonomia.

Desta forma, com o objetivo de atender ao Despacho n. 1941/2024, vinculado ao processo n. 05358/2024, do TCM/GO, encaminho este projeto, de maneira que **solicito a análise e tramitação em regime de urgência**, bem como a posterior aprovação.

Respeitosamente.

**GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS**, Estado de Goiás, aos 25 dias do mês de Outubro de 2024.

  
**JOSÉ ANTONIO NETO SIQUEIRA**  
Prefeito de Campo Alegre de Goiás/GO





ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

## CERTIDÃO

CERTIFICO, para os fins devidos, que este (a) LEI  
foi publicado (a) no placar da Prefeitura local, destinado à  
publicação e divulgação dos atos Administrativos e Legislativos  
do Municípios, conforme Art. 26 da Lei nº 8.666/93  
Campo Alegre de Goiás, 19/06/2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### LEI Nº 1407, DE 19 DE JUNHO DE 2024.

*"Altera a redação da Lei Municipal nº 1.373/23 e  
da outras providências".*

**O PREFEITO MUNICIPAL**, Faço saber que a Câmara Municipal  
de Vereadores de Campo Alegre de Goiás, aprovou e eu sanciono a  
seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Anexo II da Lei  
Municipal nº 1.373, 09 de agosto de 2023 tão somente para ajustar os  
vencimentos básicos dos cargos de Agente Comunitário de Saúde  
(ACS) e Agente de Combate às Endemias (ACE) para R\$ 2.824,00  
(dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais), bem como para inserir  
como requisitos de provimento de ambos, ser portador (a) de  
Carteira Nacional de Habilitação categoria "AB".

Art. 2 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Campo Alegre de Goiás – GO, aos  
19 (dezenove) dias do mês de Junho do ano de 2024.

  
**JOSÉ ANTÔNIO NETO SIQUEIRA**  
PREFEITO



ESTADO DE GOIÁS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os fins devidos, que este (a) Lei  
foi publicado (a) no placar da Prefeitura local, destinado a  
publicação e divulgação dos atos Administrativos e Legislativos  
do Município, conforme Art. 26 da Lei nº 8.666/93  
Cidade de Campo Alegre de Goiás, 29/08/2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**LEI Nº 1410, DE 29 AGOSTO DE 2024.**

*"Altera a Lei Municipal nº 1.407/24 e dá outras providências."*

O PREFEITO MUNICIPAL, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre de Goiás, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica alterada a Lei Municipal nº 1.407, de 19 de junho de 2024 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

Parágrafo Único: Os (as) candidatos (as) aprovados (as) no processo seletivo ainda em andamento e eventualmente nomeados (as), terão o prazo de 01 (um) ano, a contar da data de nomeação, para obter a CNH categoria AB.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre de Goiás – GO, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de Agosto do ano de 2024.

  
**JOSÉ ANTÔNIO NETO SIQUEIRA**  
Prefeito Municipal





**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E  
LEGISLAÇÃO**

Emitido em 29 de outubro de 2024

No Projeto de Lei nº 028/2024, de 25 de outubro de 2024

**PARECER**

O projeto em epígrafe, visa alterar a legislação municipal com a finalidade de adequar requisitos para o provimento de cargos efetivos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias, motivo que solicita autorização legislativa para o presente feito.

A matéria em questão possui 04 (quatro) artigos, contendo a referida alteração na legislação. Estão delineados os conteúdos básicos do projeto.

É o relatório.

De acordo ao Inciso I do artigo 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, é assegurado aos municípios o direito de legislar sobre assuntos de natureza local. Portanto, a iniciativa do projeto encontra respaldo legal, podendo ser efetivada a alteração pleiteada, objeto da matéria proposta a esta Casa de Leis.

Quanto aos aspectos jurídicos, foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, consoante a Lei Orgânica Municipal.

Destarte, face ao exposto, em exame de mérito, consideramos o projeto constitucional, tendo em vista sua juridicidade e técnica legislativa, pelo que opinamos pela inexistência de óbice a sua tramitação.

Este é o nosso parecer.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2024

Presidente: Avelino Alves Neto - UNIÃO

Vice-Presidente: Célio Pereira dos Santos - MDB

Relatora: Maria de Jesus Marques de Oliveira Moreira - PP